

**ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO PUBLICADOS EM PERIÓDICOS DE
ENFERMAGEM NO CONTEXTO DA COVID-19: REVISÃO INTEGRATIVA DA
LITERATURA**

Ana Luisa Croce e Silva ¹

Sabrina Nascimento Marcelino ²

Carla Cardi Nepomuceno de Paiva³

RESUMO

Esta revisão integrativa teve como objetivo analisar a produção científica nacional sobre violência contra mulher publicada em sete periódicos de enfermagem entre 2020 e 2022. A busca foi realizada nos próprios sites das revistas de forma independente por um pesquisador, considerando os descritores violência contra a mulher (OR) violência doméstica. A seleção pelo título e resumo recuperou 74 publicações, das quais 33 foram incluídas após leitura do texto completo e aplicação dos critérios de inclusão. Quanto ao ano das publicações, 11 datam de 2020, 16 de 2021 e seis de 2022. A maioria (27%) foi realizada na Região Nordeste do Brasil, e o tipo de violência prevalente foi a doméstica/intrafamiliar. Os estudos reiteram o papel do enfermeiro na assistência à mulher vítima de violência, especificamente na assistência clínica, na prática educativa e na formação, além de apresentar

¹ Enfermeira graduada pelo curso de Enfermagem do Centro Universitário Estácio. E-mail: ana.croce14@gmail.com

² Enfermeira graduada do curso de Enfermagem do Centro Universitário Estácio. E-mail: sabrina2015marcelino@gmail.com

³ Enfermeira. Doutora em Saúde Coletiva (2021). Professora do curso de enfermagem do Centro Universitário Estácio. E-mail: carla.cpaiva@professores.estacio.br

possibilidades e recomendações para futuras pesquisas científicas sobre o tema. Diante das limitações na rede de atenção à mulher vítima de violência, as pesquisas destacam a importância da produção de conhecimentos e evidências científicas para aprimoramento da atuação da enfermagem no atendimento a essas mulheres no cenário nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra a Mulher. Enfermagem. Papel do Profissional de Enfermagem. COVID-19.

INTRODUÇÃO

Um marco legal para atenuar e erradicar a violência contra mulher no cenário nacional foi a sanção da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). Ancorada nos preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e na convenção Interamericana, tem o objetivo de prevenir, punir e erradicar a violência contra mulher, reforçando a intenção governamental de enfrentar esse problema de saúde pública. Além disso, disponibiliza programas de apoio à vítima como forma de assegurar, em todas as esferas, assistência integral em uma rede de cuidados articulada entre instituições governamentais e não governamentais, comunidade, órgãos de segurança pública e de saúde (GOMES, SILVA, 2019).

No Brasil, apesar dos avanços conquistados por meio da Lei Maria da Penha nº 11.340/06, verificou-se, no contexto da COVID-19, um número significativo de casos de violência contra mulher, tanto por sofrimento físico ou mental, sexual, moral ou patrimonial, e até mesmo o feminicídio. Nesse sentido, as exigências de cuidados para contenção da pandemia e da violência sublinharam as lacunas que ainda

dificultam a identificação desses casos pelos profissionais (LETTIERE-VIANA et al., 2021).

A Lei Maria da Penha estabelece que a violência contra a mulher pode ser caracterizada como violência doméstica (sexual, física, psicológica, patrimonial e moral) e sexual. A violência física é definida como qualquer conduta que ofenda a integridade. A violência psicológica é reconhecida como qualquer conduta que cause danos emocionais, queda da autoestima ou atrapalhe e perturbe o desenvolvimento de outrem, ou que manipule ações, comportamentos, crenças e decisões. Já a violência sexual é caracterizada como qualquer conduta ou ato sexual não consentido, e a patrimonial, como qualquer ação que degrade parcial ou totalmente seus bens, instrumentos de trabalho ou recursos utilizados para atender suas necessidades. Por fim, a violência moral é descrita como qualquer ação que configure injúria, calúnia ou difamação (BRASIL, 2006).

Profissionais geralmente negligenciam a notificação ou a denúncia da violência contra mulheres, priorizando o cuidado biomédico restrito ao ferimento, o que impede a proteção adequada da vítima. A violência contra mulheres deve ser reconhecida como um problema de saúde pública, pois a grande maioria das vítimas não realiza denúncias, o que leva a uma falsa resolubilidade do problema. Esse silêncio pode ser explicado por diversos fatores, incluindo a autculpa, a preocupação com a família ou com os filhos, as expectativas da sociedade, a normalização da violência e os valores religiosos (CHAGAS et al., 2022; BARROS et al., 2021a).

Cabe destacar que, em abril de 2020, foi publicada no Brasil uma nota técnica do Ministério Público para adoção de medidas preventivas e de um plano de contingência de prevenção e repressão dos casos de violência no âmbito da pandemia (BRASIL, 2020a). Tal medida foi implementada após a constatação de que o maior tempo de convivência no domicílio decorrente das medidas de isolamento

social para contenção da pandemia havia contribuído para o aumento dos casos de violência doméstica.

Na tentativa de coibir esse tipo de violência no âmbito nacional, sancionou-se, em julho de 2020, a Lei nº 14.022, que dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra crianças, adolescentes e mulheres, durante a pandemia da COVID-19. A lei garante, entre outros aspectos, continuidade dos processos e da segurança pública mediante a implementação de boletim de ocorrência eletrônico ou por telefone e que os atendimentos virtuais não excluam a obrigação do poder público manter o atendimento presencial (BRASIL, 2020b).

Contudo, dada a complexidade da violência e apesar da vigência da Lei Maria da Penha desde 2006 (BRASIL, 2006), fez-se necessária a implementação de outras iniciativas governamentais, a fim de reforçar o direito da mulher e sua proteção no âmbito social e familiar. Nesse sentido, passou-se a exigir dos profissionais de saúde, além de diferentes ações de enfrentamento, uma abordagem ética, integral e resolutiva, que valorize os direitos, as necessidades e as singularidades da mulher.

Os serviços de emergência dos hospitais frequentemente recebem vítimas de diferentes tipos de violência. Nesse cenário, os profissionais de saúde, em especial os enfermeiros, que, por habitualmente prestarem o primeiro contato com as vítimas, desempenham função indispensável e podem cooperar nas investigações fornecendo informações importantes, que auxiliem a justiça (RIBEIRO et al., 2021).

A atuação deste profissional para com a mulher vítima de violência é respaldada pela Resolução n.º 564, de 2017, do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), que dispõe sobre o dever da enfermagem ao atuar no atendimento de casos de violência contra mulher. No art. 52, por exemplo, estabelece-se que quaisquer episódios envolvendo violências precisam ser notificados.

Nesse sentido, faz-se relevante refletir sobre o papel do enfermeiro enquanto integrante da equipe de saúde que presta assistência a essas mulheres vítimas de

violência, considerando a realidade nacional, na qual a violência ainda não é reconhecida por muitos como um problema de saúde pública, os inúmeros desafios e lacunas da rede de atenção. Ademais, agravam essa situação a ausência de capacitação e o desconhecimento ou falta de protocolos assistenciais, além de outros fatores que impactam na qualidade do atendimento ofertado (CHAGAS et al.,2022)

Diante do exposto, tendo em vista a problemática da violência contra mulher enquanto problema de saúde pública global agravado no cenário da pandemia, buscou-se, com esta revisão, analisar a produção científica nacional sobre a violência contra mulher publicada em sete periódicos de enfermagem no período de janeiro de 2020 a maio de 2022. Adicionalmente, discutiu-se o papel do enfermeiro neste cenário e como este tem sido retratado na literatura.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa que percorreu as seguintes etapas: elaboração da questão de pesquisa; busca na literatura dos estudos primários; avaliação dos estudos; análise dos dados; e apresentação da revisão. Essa revisão ajuda a construir o conhecimento de enfermagem e a produzir um saber fundamentado, o que contribui para a qualidade da assistência e do profissional que atua segundo a prática baseada em evidências (MENDES et al., 2008).

As fases de busca e seleção dos artigos deste estudo foram realizadas por um pesquisador, e a busca norteada pela estratégia PICCT, sendo os descritores organizados da seguinte maneira: P (população) – Publicações sobre violência contra mulher; I (intervenção) – não se aplica; C (contexto) – Periódicos de Enfermagem do Brasil; C (conceito) - não se aplica; e T (tempo) – 2020 a 2022.

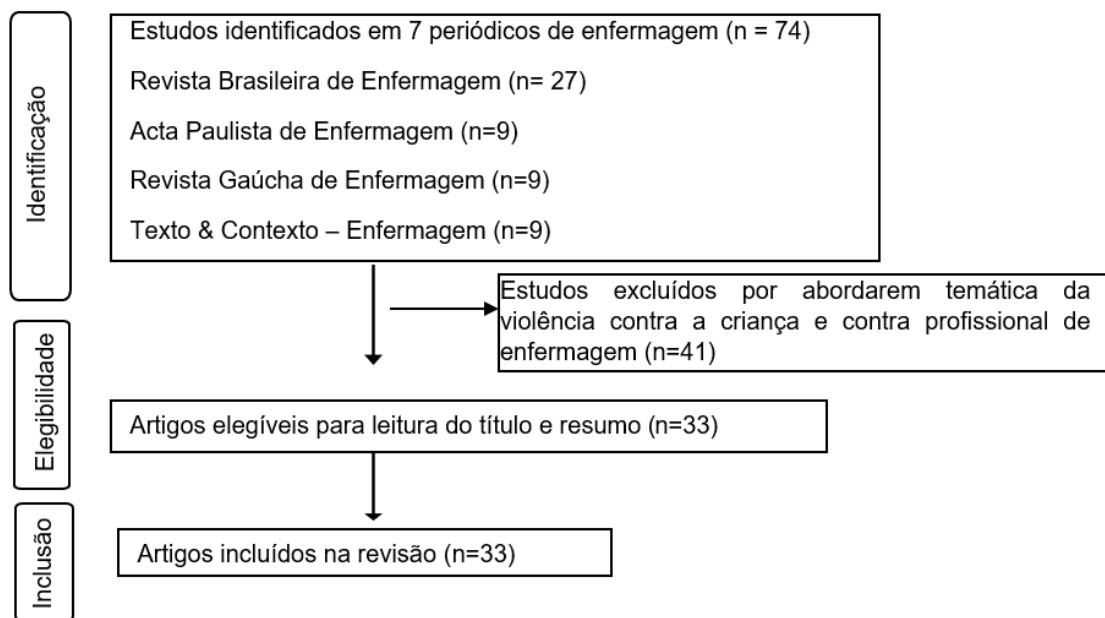
Elaborou-se a seguinte questão norteadora: quais são as evidências e temáticas sobre a violência contra mulher publicadas em periódicos de enfermagem

no período compreendido entre janeiro de 2020 e maio de 2022?. Adotou-se tal recorte temporal a fim de recuperar informações publicadas desde o início da pandemia no cenário brasileiro até o momento atual de realização do estudo.

Constituíram critérios de inclusão: artigos originais primários, revisões, relatos de experiências, ensaios teóricos e reflexões sobre a temática da violência contra mulher, publicados de janeiro de 2020 a maio de 2022, em inglês ou português, disponíveis on-line, na forma completa, publicados nas sete revistas de enfermagem com maior impacto no Journal Citation Reports (JCR) e nas revistas com maior índice H5 do Google Scholar. Na JCR, analisaram-se estudos publicados na Revista Latino-Americana de Enfermagem (RELAE), Revista Texto & Contexto Enfermagem, Revista de Enfermagem da Universidade de São Paulo (REEUSP), Escola Anna Nery Revista de Enfermagem e Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn). No índice H5 do Google Scholar, examinaram-se estudos publicados na Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn), Revista da Escola de Enfermagem Anna Nery, Revista Gaúcha de Enfermagem, Revista Texto Revista & Contexto e Acta Paulista de Enfermagem.

A busca foi realizada de modo sistemático e individual em cada uma das revistas, com a utilização dos seguintes descritores, conforme os Descritores de Ciências da Saúde (DeCS): violência contra a mulher (OR) violência doméstica. A pré-seleção dos estudos primários foi realizada com base na leitura dos títulos e resumos, com posterior seleção para leitura na íntegra. Recuperou-se um total de 74 publicações, conforme descrito na Figura 1.

Figura 1 - Fluxograma da busca nos periódicos.



Fonte: Os autores, adaptado da figura PRISMA (PAGE et al., 2020).

A matriz de extração de dados dos estudos incluídos foi elaborada no Excel, sendo a extração realizada por dois pesquisadores de forma independente. As dúvidas relacionadas ao preenchimento das variáveis foram sanadas por um terceiro revisor. Algumas informações contidas na matriz foram: título do artigo, nome da revista, ano de publicação, local onde o estudo foi realizado, tipo de violência abordada no estudo, método, tema principal do estudo e recomendações aplicadas à prática de enfermagem na assistência à mulher vítima de violência.

Para categorização da qualidade das evidências, foram considerados os seguintes níveis de evidência: Nível I – revisão sistemática ou meta-análise; Nível II – ensaio clínico randomizado; Nível III – ensaio clínico não randomizado; Nível IV – estudo de coorte ou estudo de caso-controle; Nível V – estudo decorrente de revisão sistemática, de estudo descritivo e qualitativo; Nível VI – estudo derivado de estudo

descritivo único ou qualitativo; e Nível VII – opinião de especialistas (MELNYK, FINEOUT-OVERHOLT, 2005)

Por se tratar de uma revisão de estudos com dados secundários, publicados e disponíveis on-line para leitura completa, não foi necessária a aprovação de comitê de ética para a realização da pesquisa.

RESULTADOS

O presente estudo foi composto por 33 artigos publicados entre os anos de 2020 e 2022, sendo 11 (33,3%) em 2020, 16 (48,8%) em 2021 e seis (18,8%) em 2022. Treze artigos (39,3%) eram pesquisas qualitativas e 32 (96,7%) foram realizados no Brasil. Apenas um (3,0%) foi elaborado fora do país, em Cabo Verde, África. A maioria dos estudos, nove (27,2%), foi desenvolvida na Região Nordeste do Brasil, seis (18,1%) no Sul, cinco (15,1%) no Sudeste e dois (6,0%) no Centro-Oeste.

Grande parte dos estudos foram publicados em revistas de enfermagem, e há expressivo número de estudos realizados com profissionais de saúde, em um total de 11 (33%) pesquisas. Dos 33 estudos incluídos, 27 (81,8%) descreveram como objeto de estudo diferentes tipos de violência contra mulher (doméstica, violência interpessoal, sexual, intrafamiliar, física e patrimonial). A violência obstétrica somente foi observada em três estudos (9,0%). Observou-se que todas as formas de violência, com exceção da violência obstétrica, podem ser categorizadas como violência doméstica, segundo a definição da Lei Maria da Penha.

Quadro 1. Síntese dos estudos incluídos na revisão.

Artigo	TÍTULO, AUTOR, ANO	PERÍODICO	MÉTODO / PARTICIPANTES	NÍVEL DE EVIDÊNCIA	TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER
A1	Modelo teórico-explicativo do cuidado à mulher em situação de violência na atenção primária (CARNEIRO et al.,2022)	Texto & Contexto - Enfermagem	Estudo qualitativo, com 31 profissionais que atuam na APS no Distrito Federal.	VI	Violência intrafamiliar/violência doméstica
A2	Percepções dos trabalhadores da atenção primária à saúde sobre a violência contra a mulher (SILVA et al.,2022)	Revista da Escola de Enfermagem da USP	Estudo qualitativo, exploratório e descritivo, com 23 profissionais que atuam em centros de saúde na África.	VI	Violências física e patrimonial
A3	Rede intersetorial de atendimento às mulheres em situação de violência: trabalho artesanal construído pelas pessoas (CORTES, PADOIN, ARBOIT, 2022)	Revista Brasileira de Enfermagem	Estudo qualitativo, do qual participaram 32 pessoas divididas entre profissionais de saúde e acadêmicos dos cursos de serviço social e psicologia do Rio Grande do Sul.	VI	Violência intrafamiliar/violência doméstica
A4	Violência de gênero perpetrada contra mulheres trans (SILVA et al.,2022b)	Revista Brasileira de Enfermagem	Revisão integrativa, que analisou amostra de 16 artigos.	VI	Violência de gênero
A5	Necessidades em saúde de mulheres vítimas de violência sexual na busca pelo aborto legal (SANTOS, FONSECA, 2022)	Revista Latino-Americana de Enfermagem	Estudo qualitativo, exploratório e descritivo, com 10 mulheres residentes na região metropolitana de São Paulo	VI	Violência sexual

A6	Análise das notificações de violência contra gestantes no Brasil no período de 2011 até 2018 (COLONESE, PINTO, 2022)	Texto & Contexto - Enfermagem	Estudo quantitativo, analítico e retrospectivo.	V	Violência intrafamiliar/violência doméstica
A7	Percepção das mulheres em situação de violência sobre o apoio formal: scoping review (SOUZA et al.,2021)	Escola Anna Nery	Scoping review, que analisou amostra de 16 estudos.	VI	Violências contra mulher: sexual, física, moral, psicológica, patrimonial e doméstica.
A8	Fatores associados ao risco de violência contra mulheres idosas: um estudo transversal (SOUSA et al.,2021)	Revista Latino-Americana de Enfermagem	Estudo quantitativo, descritivo e transversal, com 122 participantes residentes em Recife e Pernambuco.	V	Violência contra mulheres idosas
A9	Violência doméstica contra a mulher em meio à pandemia: estratégias de enfrentamento divulgadas pelas mídias digitais (FORNARI et al.,2021)	Revista Brasileira de Enfermagem	Estudo documental com abordagem qualitativa.	Não se aplica	Violência doméstica
A10	Dispositivos de poder utilizados por enfermeiros para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher (AMARIJO et al.,2021)	Texto & Contexto - Enfermagem	Estudo qualitativo, descritivo e analítico, do qual participaram 20 residentes na região Sul do Brasil.	VI	Violência intrafamiliar/violência doméstica
A11	Violência doméstica: análise conceitual evolutiva de Rodgers (BONAMIGO, CARVALHO, CUBA, 2021)	Revista Brasileira de Enfermagem	Estudo qualitativo, com análise de documentos.	Não se aplica	Violência intrafamiliar/violência doméstica

A12	Violência por parceiro íntimo à gestante: perfil sociodemográfico e características das agressões (SILVA, GOLDMAN, FERNANDES,2021)	Revista Gaúcha de Enfermagem	Estudo quantitativo, descritivo e transversal, com base em dados do município de São Paulo.	V	Violência intrafamiliar/violência doméstica
A13	Tecnologia para apoio à assistência de enfermagem às mulheres em situação de violência sexual (ALVES et al.,2021)	Acta Paulista de Enfermagem	Pesquisa aplicada.	Não se aplica.	Violência sexual
A14	Atuação do enfermeiro na preservação de vestígios na violência sexual contra a mulher: revisão integrativa (RIBEIRO et al.,2021)	Escola Anna Nery	Revisão integrativa, que analisou 15 publicações.	VI	Violência sexual
A15	Homicídios intencionais de mulheres com notificação prévia de violência (BARROS et al.,2021a)	Acta Paulista de Enfermagem	Estudo quantitativo e transversal, para análise de dados de Pernambuco.	V	Violência contra mulher
A16	Revelando desfechos do cuidado com a mulher em situação de violência conjugal (CARNEIRO et al.,2021a)	Acta Paulista de Enfermagem	Estudo qualitativo, com 31 profissionais de saúde entrevistados.	VI	Violência intrafamiliar/violência doméstica
A17	Condições que interferem no cuidado às mulheres em situação de violência conjugal (CARNEIRO et al.,2021b)	Escola Anna Nery	Estudo qualitativo, com 31 profissionais de saúde entrevistados	VI	Violência intrafamiliar/violência doméstica
A18	Estratégias de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes e mulheres no contexto do isolamento social devido à COVID-19: scoping review (LETTIERE-VIANA et al.,2021)	Texto Contexto – Enfermagem	Scoping review, que analisou amostra de 16 estudos.	Não se aplica	Violência contra mulher, criança e adolescente.
A19	Jogo das violetas: a perspectiva de profissionais que participam do	Revista da Escola de	Estudo de intervenção abordagem qualitativa.	VI	Violência contra mulher

	enfrentamento à violência contra a mulher (FORNARI, FONSECA, 2021)	Enfermagem da USP			
A20	Ampliando vozes sobre violência obstétrica: recomendações de advocacy para enfermeira(o) obstetra (ZANCHETTA, ESCOBAR, 2021)	Escola Anna Nery	Estudo qualitativo, exploratório, com 414 mulheres participantes.	VI	Violência obstétrica
A21	Fatores associados aos homicídios de mulheres vítimas de violência (BARROS et al.,2021b)	Revista Brasileira de Enfermagem	Estudo quantitativo, transversal, quantitativo e observacional.	V	Violência física, feminicídio.
A22	Violência de gênero sofrida por mulheres estudantes de enfermagem: estudo transversal (SILVA et al.,2021)	Revista Brasileira de Enfermagem	Estudo quantitativo, transversal, com 91 estudantes de enfermagem	VI	Violência de gênero
A23	Desvelando as estratégias de enfrentamento da violência conjugal utilizadas por mulheres (CARNEIRO et al.,2020)	Texto contexto – enfermagem	Estudo qualitativo, que entrevistou 29 mulheres.	VI	Violência intrafamiliar/violência doméstica
A24	Significados da dinâmica familiar por homens que reproduziram a violência doméstica (MAGALHÃES et al.,2021)	Acta Paulista de Enfermagem	Estudo qualitativo, com entrevistas de 5 homens em processo jurídico por violência conjugal.	VI	Violência intrafamiliar/violência doméstica
A25	Análise espacial dos homicídios intencionais de mulheres (BARROS et al.,2021b)	Revista da Escola de Enfermagem da USP	Estudo ecológico.	VI	Violência contra mulher
A26	O significado da rede de suporte social para mulheres em situação de violência e amamentação (BARALDI et al.,2020)	Revista Latino-Americana	Estudo qualitativo, realizado com 21 mulheres entrevistadas.	VI	Violência intrafamiliar/violência doméstica

		de Enfermagem			
A27	Perfil dos óbitos femininos por homicídios no município de Goiânia (DAVID et al.,2020)	Revista Brasileira de Enfermagem	Estudo transversal e descritivo.	V	Violência contra mulher/ Feminicídio
A28	Violência obstétrica na percepção de múltiparas (RIBEIRO et al., 2020)	Revista Gaúcha de Enfermagem	Estudo descritivo qualitativo, com 20 mulheres entrevistadas.	VI	Violência obstétrica
A29	Violência contra as mulheres na prática de enfermeiras da atenção primária à saúde (SILVA, RIBEIRO,2020)	Escola Anna Nery	Estudo descritivo e de abordagem qualitativa, tendo sido entrevistados 10 enfermeiros.	VI	Violência contra mulher
A30	Violência obstétrica: a abordagem da temática na formação de enfermeiros obstétricos (SILVA et al., 2020)	Acta Paulista de Enfermagem	Estudo descritivo, de abordagem qualitativa, com 20 enfermeiros entrevistados.	VI	Violência obstétrica
A31	Mulheres em situação de violência sexual: potencialidades e fragilidades da rede intersetorial (TRENTIN et al.,2020)	Revista Brasileira de Enfermagem	Estudo qualitativo, com 30 profissionais de saúde entrevistados.	VI	Violência sexual
A32	Prisioneiros de sofrimento: percepção de mulheres sobre a violência praticada por parceiros íntimos (BATISTA et al.,2020)	Revista Brasileira de Enfermagem	Estudo exploratório, descritivo, com abordagem qualitativa e 21 mulheres entrevistadas.	VI	Violência intrafamiliar/violência doméstica
A33	Elaboração e validação de uma tecnologia educacional acerca da violência contra a mulher (SOUSA et al.,2020)	Escola Anna Nery	Estudo metodológico de validação de conteúdo.	VI	Violência contra mulher

DISCUSSÃO

O papel do enfermeiro na assistência clínica inclui, além dos cuidados assistenciais, notificação, incentivo à denúncia, orientação sobre os serviços de apoio e manutenção do sigilo e acolhimento, sendo esses alguns dos compromissos éticos e legais desta profissão (AMARIJO et al., 2021). Estudos alertam sobre o caráter compulsório da notificação, que constitui, portanto, uma obrigação dos profissionais que atuam nos serviços de saúde, devendo ser realizada em todas as situações suspeitas de violência, não somente naquelas confirmadas (CARNEIRO et al., 2022; SILVA et al., 2022)

Coibir a prática de exposição da mulher, tanto nas redes sociais como nos serviços de saúde, torna-se uma ação necessária, uma vez que a falta de sigilo, além de representar uma barreira para o acesso ao serviço de saúde, pode colocar em risco a vida desta mulher (SANTOS, FONSECA, 2022).

Autores destacam a importância da assistência clínica de qualidade, incluindo o acolhimento sensível e a garantia do sigilo, a oferta de informações sobre direitos e fortalecimento das redes de apoio, além da realização de consulta ampliada e exames clínicos e laboratoriais para prevenção e controle de possíveis complicações (SOUZA et al., 2021; CARNEIRO et al., 2020). Na violência sexual, é necessário garantir a oferta imediata de contracepção de emergência, testagem para HIV e Infecções Sexualmente Transmissíveis e orientações sobre interrupção da gravidez nos casos previstos em lei (SILVA, GOLDMAN, FERNANDES, 2021).

Em todas essas situações, o acolhimento é reconhecido como um passo primordial que envolve a percepção das necessidades biológicas, físicas, sociais e psicológicas, assim como a criação de vínculo, no intuito de entender a situação em sua integralidade, promover segurança e apoio (SOUZA et al., 2021; ALVES et al., 2021). Assim, sua práxis é pautada na assistência acolhedora, tendo como um dos

seus objetivos informar a mulher sobre seus direitos (CARNEIRO et al., 2022a). A observação de sinais sutis de violência, como tristeza, introspecção e ansiedade, permite identificar casos suspeitos de violência e investigar o cotidiano conjugal com a mulher ou outros profissionais da equipe (CARNEIRO et al., 2022b).

Considerando que a maioria dessas vítimas não denuncia essas agressões, às vezes por medo, insegurança e até mesmo dependência financeira, o acolhimento torna-se uma conduta ainda mais relevante para apoiar essa mulher (AMARIJO et al., 2021; SILVA et al., 2022; CORTES, PADOIN, ARBOIT, 2022). O atendimento em consonância com as diretrizes e terapêuticas implica escuta qualificada, respeito, atendimento multiprofissional e disponibilização de transporte até o serviço de referência, entre outras medidas capazes de fornecer segurança para que a mulher realize a denúncia, com o intuito de exercer, direcionar e humanizar (BRASIL, 2013).

Uma estratégia utilizada pelo enfermeiro no acolhimento a essas mulheres é a parresia. Conforme descrito no estudo de Amarijo et al. (2021), parresia refere-se a uma postura verdadeira e corajosa de falar a verdade de forma franca e esclarecida, a qual se mostrou eficiente no acolhimento, por auxiliar as mulheres a reequilibrarem suas vidas (AMARIJO et al., 2021).

A conduta ética e profissional no atendimento à mulher vítima de violência é fundamental, pois o julgamento moral e o atendimento superficial ou reducionista com discursos que colocam a vítima como coniventes com a situação só acentuam o sofrimento desta mulher e prejudicam a assistência ofertada, com risco de gerarem a não procura pelo serviço de saúde (SOUZA et al., 2021; SILVA et al., 2022; SANTOS, FONSECA, 2022).

Os três estudos que investigaram a violência sofrida pelas mulheres durante a gestação (pré-natal), parto e puerpério corroboram o aumento das notificações de violência contra mulher neste período. Tal constatação suscita reflexão sobre a vulnerabilidade deste público (especialmente mulher jovem, preta, baixa escolaridade e solteira) e exige do profissional maior atenção a sinais indicativos de que ela possa

estar sofrendo violência, no intuito de evitar agravos ou a morte da mulher e da criança (COLONESE, PINTO, 2022).

Segundo Silva, Goldman e Fernandes (2021), mulheres expostas à violência por parceiro íntimo durante a gravidez são três vezes mais propensas a darem à luz a bebês com baixo peso e a terem parto prematuro. Assim, cabe ao enfermeiro fortalecer o vínculo com essa mulher durante a assistência no pré-natal, parto e puerpério, considerando identificar e auxiliar em casos de risco e de agressões.

Ademais, no contexto dos serviços de saúde deve ser coibidas as práticas de violência verbal e violações de sua integridade física, psicológica e moral, evitando procedimentos desnecessários e seguindo as diretrizes do Ministério da Saúde, garantindo-lhes dignidade, privacidade, confidencialidade, integridade física e tratamento adequado (RIBEIRO et al., 2020).

Observa-se pouca informação das mulheres e dos próprios profissionais de saúde sobre os serviços de saúde oferecidos para as mulheres vítimas de violência, bem como escassos investimentos em políticas públicas violência de gênero, o que reforça a necessidade de promoção de atividades educativas, palestras e discussões nas mídias sociais, a fim de abordar temáticas relacionadas aos direitos da mulher (CORTES, PADOIN, ARBOIT, 2022; AMARIJO et al., 2021).

Destaca-se que as informações sobre os serviços e atendimentos a vítimas de violência devem ser inclusivas e, portanto, acessíveis para mulheres com deficiência visual ou auditiva. Para tanto, faz-se importante assegurar a interpretação de libras e a utilização de áudio- descrição com legendas disponibilizadas tanto nos serviços de saúde como na internet ou nas mídias de televisão (LETTIERE-VIANA et al., 2021).

Estudos apontam diversas limitações na rede de assistência à saúde da mulher vítima de violência no Brasil, como desconhecimento dos serviços, cuidados negligenciados, falta de profissionais capacitados, subnotificação, vulnerabilidade e fragilidade dos serviços. Além disso, há deficiência estrutural, como a falta de delegacias e abrigos em muitas regiões do interior do país, e falta de fomento em

programas de atendimento a vítimas de violência sexual (RIBEIRO et al.,2021; BARROS et al.,2021a; CORTES, PADOIN, ARBOIT, 2022; CARNEIRO, et al., 2022b; SILVA et al., 2022b; SOUZA et al., 2021).

Alguns autores alertam ainda para a violência de gênero, prática assistencial binária e discriminatória, baixa oferta da contracepção de emergência, preconceitos relacionados à orientação sexual e ao aborto, violências durante a gestação, violência vulnerabilidade da mulher com deficiência ou transtorno mental e da mulher transsexual. Tais fatores acentuam a vulnerabilidade e expõem essas ao adoecimento mental (SILVA et al., 2021; BARROS et al., 2021a; SILVA et al., 2022b; SANTOS, FONSECA, 2022).

Para garantir uma rede de atenção efetiva para mulheres vítimas de violência, é necessário superar as barreiras entre serviços de saúde, implementar a assistência social e jurídico-policia e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, instituir plano de cuidado multiprofissional e elaborar fluxogramas de atenção, matriciamento, articulação intersetorial em prol do fortalecimento dos mecanismos de comunicação entre os diferentes setores. Além disso, é fundamental que os cursos da área da saúde incluam estágios e atividades extensionistas no âmbito dos serviços da rede de atenção à mulher vítima de violência durante a graduação. Ademais, viabilizar o empoderamento financeiro é essencial para reduzir a violência contra a mulher, pois a falta de recursos financeiros pode aumentar a vulnerabilidade da mulher e dificulta o acesso aos serviços de apoio. (SANTOS, FONSECA, 2022).

Portanto, o Estado deve capacitar e fortalecer as redes de atenção à mulher, através do empoderamento, oportunidades, assistência e segurança, além de viabilizar campanhas em redes sociais que atualmente, são canais de grande alcance, até mais que as mídias de grande audiência tradicionais. para informar que a violência contra mulher é crime. Deve, ainda, promover educação continuada em escolas, reorientar o acolhimento das unidades básicas de saúde, reformular a maneira como essa vítima será acolhida durante a denúncia e promover treinamento

da equipe de saúde, com a finalidade de não perpetuar a violência (GOMES, SILVA, 2019).

Por fim, conforme reiteram Batista et al. (2020), o elo entre a rede de segurança pública, o judiciário, a assistência social e os diversos setores da sociedade com os serviços de saúde tornam-se fundamentais para que a assistência à mulher seja implementada com resolutividade, qualidade e continuidade.

A formação do profissional de enfermagem para atuar na assistência à mulher vítima de violência é uma estratégia para o enfrentamento deste fenômeno. A construção de conhecimentos sobre práticas assistenciais durante a formação pode impactar a melhoria da assistência fornecendo subsídios para a tomada de decisão profissional. Isso é especialmente importante considerando a complexidade da rede assistencial e a necessidade de enfrentar questões sociais, familiares e culturais que permeiam a violência contra a mulher (ALVES et al., 2021).

Assim, promover a formação e capacitação contextualizadas do enfermeiro para atuação na assistência à mulher vítima de qualquer tipo de violência torna-se essencial, tanto no nível de graduação quanto no âmbito da pós-graduação e na educação permanente daqueles que atuam nos serviços de saúde, para melhoria do acolhimento e do atendimento ofertado a essas mulheres no Sistema Único de Saúde e da notificação casos suspeitos ou confirmados de violência (SOUZA et al., 2021; CORTES, PADOIN, ARBOIT, 2022; CARNEIRO et al., 2022a).

Para tal propõe-se a elaboração de protocolos e tecnologias assistenciais embasados por evidências científicas para a coleta de vestígios em vítimas de violência sexual, bem como o reconhecimento e pesquisa na área da enfermagem forense brasileira, visando contribuir na investigação e atendimento às vítimas. A Comissão Nacional de Enfermagem Forense, criada em maio de 2021, já obteve avanços, como a incorporação da enfermagem forense no rol das ocupações do Ministério do Trabalho desde janeiro de 2023.

Pesquisas nesta revisão sobre violência contra mulher no contexto da enfermagem mostram o interesse da categoria profissional na temática. Um estudo apresentou inovações no uso de tecnologia digital para auxiliar no processo de enfermagem no cuidado das mulheres, como o aplicativo "CuidarTech® EnfPorElas". Esse aplicativo permite que enfermeiros e acadêmicos que atuam em hospitais ou ambulatorios acessem rapidamente uma lista de diagnósticos com intervenções de enfermagem para ajudar no atendimento a mulheres vítimas de violência sexual (ALVES et al., 2021).

Adicionalmente, Silva e colaboradores (2022b) alertaram para a importância de novos conhecimentos sobre o cuidado integral de enfermagem para promoção da saúde das mulheres transsexuais no respeito à vida e livre de negligências em todas as esferas do cuidado.

A violência contra a mulher é um cenário complexo, marcado por desigualdades de gênero e obstáculos que demandam políticas públicas, pesquisas e ações intersetoriais para garantir a dignidade da mulher. Uma lacuna de conhecimento identificada é a falta de estudos sobre violência doméstica em relacionamentos homoafetivos e contra gestantes solteiras sem parceria estável. Alguns estudos mostram iniciativas promissoras, como o desenvolvimento de aplicativos para auxiliar na prática assistencial do cuidado à mulher vítima de violência sexual. A formação do profissional de enfermagem é outra estratégia importante para o enfrentamento da violência contra a mulher. (VIANA et al., 2018; SILVA, GOLDMAN, FERNANDES, 2021; BONAMIGO, CARVALHO, CUBAS, 2021; ALVES et al., 2021)

Há a necessidade de superar a visão restrita da violência apenas como danos físicos, bem como melhorar a colaboração entre os serviços de saúde na rede de atenção e superar a dicotomia entre as políticas públicas. Esses são alguns desafios a serem enfrentados para melhorar a qualidade da assistência à mulher vítima de violência no Brasil (CORTES, PADOIN, ARBOIT, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A delimitação do local de busca restrito a revistas de enfermagem com grande visibilidade e circulação no meio científico e o recorte temporal são algumas das limitações deste estudo. Contudo, essas não interferem na qualidade dos resultados apresentados, considerando a sua contribuição para fomentar discussões e incentivar futuras pesquisas sobre a assistência de enfermagem à mulher vítima de violência, além de promoverem o reconhecimento do papel do enfermeiro desde a atendimento clínico até nas ações de promoção da saúde, fortalecimento da prevenção de doenças e do enfrentamento a violência contra mulher.

Novas pesquisas em enfermagem são necessárias para ampliar o conhecimento sobre a assistência a mulheres transsexuais vítimas de violência, enfermagem forense, direitos reprodutivos e autonomia da mulher em relação a suas escolhas reprodutivas. Além disso, é fundamental promover a inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade nas discussões sobre assistência à saúde, melhorar a comunicação, a qualidade da assistência obstétrica e prevenir a violência obstétrica. Essas estratégias integradas se alinham com a promoção global da saúde das mulheres.

STUDIES ON VIOLENCE AGAINST WOMEN PUBLISHED IN NURSING JOURNALS IN THE CONTEXT OF COVID-19: AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

ABSTRACT

This integrative review aimed to analyze the national scientific production on violence against women published in seven nursing journals between 2020 and 2022. The

search was carried out on the journal's website independently by a researcher considering the descriptors violence against women (OR) and domestic violence, the selection by title and abstract made it possible to retrieve 74 publications, of which only 33 it included after reading a text complete, considering the inclusion criteria. As for the year of publications, 11 it published in 2020, 16 in 2021, and six in 2022. A majority (27%) of the study was carried out in the Northeast region of Brazil, and the most studied type of violence was domestic violence/ intrafamiliar. The studies reiterate the role of nurses in assisting women victims of violence, specifically in clinical care and in educational practice and training, in addition to presenting possibilities and recommendations for future scientific research on nursing care for women victims of violence. Given the limitations in the care network for women victims of violence, the study highlights the importance of producing knowledge and scientific evidence to improve the performance of nursing in the care of women victims of violence in the national scenario.

KEYWORDS: Violence Against Women. Nursing. Nurse's Role. COVID-19.

REFERÊNCIAS

ALVES, Odelle Mourão et al. Tecnologia para apoio a assistência de enfermagem às mulheres em situação de violência sexual. *Acta Paulista de Enfermagem* [online]. 2021, v. 34, eAPE001085. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AO001085>. Acesso em 8 de jun. 2022.

AMARIJO, Cristiane Lopes et al. Power devices used by nurses to fight domestic violence against women. *Texto & Contexto - Enfermagem* [online]. 2021, v. 30, e20190389. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2019-0389>. Acesso em 8 de jun. 2022.

BARALDI, Nayara Girardi et al. The meaning of the social support network for women in situations of violence and breastfeeding. *Revista Latino-Americana de Enfermagem* [online]. 2020, v. 28, e3316. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.3313.3316>. Acesso em 18 de jun. 2022.

BARROS, Sheyla Carvalho de et al. Análise espacial dos homicídios intencionais de mulheres* * Extraído da dissertação “Homicídios e violência prévia contra mulher em Pernambuco”, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Pernambuco, 2019. *Revista da Escola de Enfermagem da USP* [online]. 2021, v. 55, e03770. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2020037303770>. Acessado em 11 jun. 2022.

BARROS, Sheyla Carvalho de et al. Factors associated with the homicides of women who are victims of violence. *Revista Brasileira de Enfermagem* [online]. 2021a, v. 74, n. 5, e20200630. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0630>. Acesso em 11 junho 2022.

BARROS, Sheyla Carvalho de et al. Homicídios intencionais de mulheres com notificação prévia de violência. *Acta Paulista de Enfermagem* [online]. 2021b, v. 34, eAPE00715. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AO00715>. Acesso em 8 de jun. 2022.

BATISTA, Vanessa Carla et al. Prisoners of suffering: perception of women on violence practiced by intimate partners. *Revista Brasileira de Enfermagem* [online]. v. 73, n. Suppl 1, e201902192020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0219>. Acesso em 8 de jun. 2022.

BONAMIGO, Victoria Grassi, CARVALHO, Deborah Ribeiro e CUBAS, Marcia Regina. Domestic violence: a Rodger's evolutionist conceptual analysis. Revista Brasileira de Enfermagem [online]. v. 74, n. Suppl 3, 2021, e20200376. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0376>. Acesso em 8 de jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 8 de jun. 2022.

BRASIL. Nota técnica nº1/2020. COVID-19: plano de contingência e medidas para a prevenção e repressão aos casos de violência doméstica contra a mulher. 2020a.

BRASIL. Lei n. 14.022, de 7 de julho de 2020. Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. 2020b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14022.htm. Acesso em 8 de jun. 2022.

CARNEIRO, Jordana Brock et al. Modelo teórico-explicativo do cuidado à mulher em situação de violência na atenção primária. *Texto & Contexto - Enfermagem* [online]. v. 31, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2020-0639>. Acesso em 15 de julh. 2022.

CARNEIRO, Jordana Brock et al. Revelando desfechos do cuidado com a mulher em situação de violência conjugal. *Acta Paulista de Enfermagem* [online]. v. 34, 2021a. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AO001555>. Acesso em 8 de jun. 2022.

CARNEIRO, Jordana Brock et al. Condições que interferem no cuidado às mulheres em situação de violência conjugal. *Escola Anna Nery* [online]., v. 25, n. 5, 2021b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0020>. Acesso em 18 de jun. 2022.

CARNEIRO, Jordana Brock et al. Unveiling the strategies used by women for confronting marital violence. *Texto & Contexto - Enfermagem* [online]. v. 29, e20180396. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0396>. Acesso em 8 de jun. 2022.

COLONESE, Cristiane Ferraz e PINTO, Liana Wernersbach. Analysis of reports of violence against pregnant women in brazil in the period from 2011 to 2018. *Texto & Contexto - Enfermagem* [online]. v. 31, e20210180, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2021-0180>. Acesso em 8 de jun. 2022.

CORTES, Laura Ferreira, PADOIN, Stela Maris de Mello e ARBOIT, Jaqueline Intersectorial network for assisting women in situations of violence: handicraft work built by the people. *Revista Brasileira de Enfermagem* [online]. v. 75, suppl 2, e20210142,

2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0142>. Acesso em 8 de jun. 2022.

DAVID, Luana Muzzi Vaz et al. Profile of female deaths by homicide in the city of Goiânia. Revista Brasileira de Enfermagem [online]., v. 73, suppl 4, e20180985, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0985>. Acesso em 8 de jun. 2022.

FORNARI, Lucimara Fabiana et al. Domestic violence against women amidst the pandemic: coping strategies disseminated by digital media. Revista Brasileira de Enfermagem [online]. v. 74, n. Suppl 1, e20200631, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0631>. Acesso em 8 de jun. 2022.

FORNARI, Lucimara Fabiana e da Fonseca; SERPA, Rosa Maria Godoy. “Potencialidades e limites do Jogo Violetas para o enfrentamento da violência de gênero”. Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem, 2019. Revista da Escola de Enfermagem da USP [online]. v. 55, e20200238. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2020-0238>. Acesso em 8 de jun. 2022.

LETTIERE-VIANA, Angelina et al. Coping strategies for violence against children, adolescents and women in the context of social isolation due to covid-19: scoping review. Texto & Contexto - Enfermagem [online]. v. 30, e20200443, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2020-0443>. Acesso em 8 de jun. 2022.

MAGALHÃES, Júlia Renata Fernandes de et al. Significados da dinâmica familiar por homens que reproduziram a violência doméstica. Acta Paulista de Enfermagem [online]. v. 34, eAPE00803, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AO00803>. Acesso em 8 de jun. 2022.

MELNYK BM, FINEOUT-OVERHOLT E. Making the case for evidence-based practice. In: Melnyk BM, Fineout-Overholt E. Evidence-based practice in nursing & healthcare. A guide to best practice. Philadelphia: Lippincot Williams & Wilkins;2005. p.3-24.

RIBEIRO, Camila Lima et al. Atuação do enfermeiro na preservação de vestígios na violência sexual contra a mulher: revisão integrativa. Escola Anna Nery [online]. v. 25, n. 5, e20210133, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0133>. Acesso em 8 de jun. 2022.

RIBEIRO, Deise de Oliveira et al. Obstetric violence in the perception of multiparous women. Revista Gaúcha de Enfermagem [online]. v. 41. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2020.20190419>. Acesso em 8 de jun. 2022.

SANTOS, Danyelle Leonette Araújo dos e FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa. Necessidades em saúde de mulheres vítimas de violência sexual na busca pelo aborto legal. Revista Latino-Americana de Enfermagem [online]. v. 30, e3561, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.5834.3561>. Acesso em 8 de jun. 2022.

SILVA, Ariana Sofia Barradas da et al. Percepções dos trabalhadores da atenção primária à saúde sobre a violência contra a mulher. Revista da Escola de Enfermagem da USP [online]. v. 56, e20210097, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2021-0097>. Acesso em 8 de jun. 2022.

SILVA, Izabel Cristina Brito da et al. Gender violence perpetrated against trans women. Revista Brasileira de Enfermagem [online]. v. 75, n. Suppl 2, e20210173,

2022b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0173>. Acesso em 8 de jun. 2022.

SILVA, Luiza Csordas Peixinho da et al. Gender violence against woman nursing students: a cross-sectional study. *Revista Brasileira de Enfermagem* [online]. v. 74, n. 5, e20200539, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0539>. Acesso em 8 de jun. 2022.

SILVA, Naiane Beatriz da, Goldman, Rosely Erlach e Fernandes, Hugo Intimate partner violence against pregnant women: sociodemographic profile and characteristics of the aggressions. *Revista Gaúcha de Enfermagem* [online]. v. 42, e20200394, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2021.20200394>. Acesso em 8 de jun. 2022.

SILVA, Thalita Monteiro da et al. Violência obstétrica: a abordagem da temática na formação de enfermeiros obstétricos. *Acta Paulista de Enfermagem* [online]. v. 33, eAPE20190146, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2020AO01466>. Acesso em 8 de jun. 2022.

SILVA, Viviane Graciele da e RIBEIRO, Patrícia Mônica. Violência contra as mulheres na prática de enfermeiras da atenção primária à saúde. Programa de pós-graduação em enfermagem. Universidade Federal de Alfenas, no ano de 2020. *Escola Anna Nery* [online]. v. 24, n. 4, e20190371, 2020a Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0371>. Acesso em 8 de jun. 2022.

SOUSA, Elayne Kelly Sepedro et al. Elaboração e validação de uma tecnologia educacional acerca da violência contra a mulher. *Escola Anna Nery* [online]. v. 24, n.

4, e20190314, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0314>. Acesso em 8 de jun. 2022.

SOUSA, Rute Costa Régis De et al. Factors associated with the risk of violence against older adult women: a cross-sectional study. *Revista Latino-Americana de Enfermagem* [online]. v. 29, e3394, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.4039.3394>. Acesso em 8 de jun. 2022.

SOUZA, Marli Aparecida Rocha de et al. Percepção das mulheres em situação de violência sobre o apoio formal: Scoping review. *Escola Anna Nery* [online]. v. 25, n. 2, e20200087, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0087>. Acesso em 8 de jun. 2022.

TRENTIN, Daiane et al. Women in situations of sexual violence: potentialities and weaknesses of the intersectoral network. *Revista Brasileira de Enfermagem* [online]., v. 73, n. 4, e20190856, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0856>. Acesso em 8 de jun. 2022.

ZANCHETTA, Margareth Santos et al. Ampliando vozes sobre violência obstétrica: recomendações de advocacy para enfermeira(o) obstetra. *Escola Anna Nery* [online]., v. 25, n. 5, e20200449, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0449>. Acesso em 8 de jun. 2022.